



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001362-49.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor**
 Requerente: **Usiprema Usina de Preservação de Madeira Com. e Serviços Ltda. Me.**
 Requerido: **Telefônica Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter celebrado contratos com a ré para a utilização de quatro linhas telefônicas.

Alegou ainda que somente uma delas funciona com regularidade, ao passo que das demais duas estão sem sinal há meses e uma foi indevidamente cancelada.

Salientou que realizou várias reclamações, mas os problemas não foram solucionados, de sorte que almeja à condenação da ré a restabelecer o normal funcionamento de todas as linhas aludidas, bem com a ressarcir os danos morais que sofreu.

Das matérias arguidas pela ré em preliminar, rejeito a da inadequação do rito provocado pela autora por entender que a realização de perícia é despicenda à definição do litígio, como adiante se verá.

As demais entrosam-se com o mérito da causa e assim serão apreciadas.

A ré não refutou específica e concretamente na peça de resistência os fatos articulados pela autora.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Limitou-se a noticiar a troca de tecnologia nas linhas telefônicas da mesma, de WLL para FWT, além de realçar que duas delas (nº 3398-7200 e nº 3398-7262) estariam ativas (fl. 37, primeiro parágrafo) e que não haveria prova das alegações da autora.

Assim posta a divergência entre as partes, foi determinada a expedição de mandado de constatação para verificação do funcionamento das linhas telefônicas da autora (fl. 179), sobreindo a confirmação de que somente uma delas está efetivamente ativa (fl. 188).

As partes – e em especial a ré – não impugnaram essa informação (fl. 191), motivo pelo qual ela deve ser aceita.

Assentadas essas premissas, reputo que a pretensão deduzida prospera em parte.

Quanto à obrigação da ré em restabelecer o normal funcionamento das linhas declinadas a fl. 02, transparece incontestável.

A ré possui o dever de fazê-lo e em momento algum apresentou justificativa para a falha detectada a fl. 188, na esteira do relato exordial.

Nenhum aspecto milita em seu favor quanto ao tema, acolhendo-se bem por isso a postulação no particular.

Solução diversa aplica-se ao pedido de ressarcimento dos danos morais.

Como o assunto concerne a pessoa jurídica, sabe-se que a indenização pertinente passa pela comprovação do abalo de sua imagem e há de ser precisa, como já decidiu o Egrégio Tribunal de Justiça:

“Já no que toca a indenização por danos morais, não se desconhece que a pessoa jurídica pode ser passível de sofrer abalo moral, tanto assim é que é o que dispõe a Súmula 227 do Superior Tribunal de Justiça: 'A pessoa jurídica pode sofrer dano moral'. Todavia, tratando-se de pessoa jurídica, o dano de natureza objetiva deve ser concreto, nada se presumindo a respeito” (TJ-SP, 3ª Câmara de Direito Privado, Apelação nº 0001925-07.2010.8.26.0220, rel. Des. **BERETTA DA SILVEIRA**, j. 31.07.2012).

No mesmo sentido: Apelação nº 0123816-35.2008.8.26.0100.

Na espécie vertente, a autora não logrou amearhar provas consistentes de que sua imagem tivesse restado abalada pelos fatos trazidos à colação, cumprindo notar que o pagamento de faturas sem que houvesse razão para tanto (fls. 109, parte final, 112 e 116) não se presta por si só para demonstração dessa natureza, projetando quando muito reflexos patrimoniais que não têm ligação com a questão aqui posta.

De igual modo, cobranças indevidas não possuem o condão de acarretar dano à imagem de quem as recebe.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a restabelecer em dez dias o funcionamento regular das linhas telefônicas elencadas a fl. 02, sob pena de multa diária de R\$ 200,00 (duzentos reais), até o limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Ressalvo desde já que em caso de descumprimento da obrigação, e sendo o limite da multa atingido, esta se transformará em indenização por perdas e danos sofridos pela autora, prosseguindo o feito como execução por quantia certa.

Transitada em julgado, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 03 de setembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**